

## URBANIZAÇÃO DIFUSA

Adriana Diniz Baldissera<sup>1</sup>

Emerson Ribeiro<sup>2</sup>

César Pagano Galli<sup>3</sup>

Thiago Bruno Scussiato Merlo<sup>4</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo conceituar a urbanização difusa segundo o olhar de Nestor Goulart Reis e identificar se essa dinâmica reflete o que vem acontecendo na área da microbacia do lajeado São José no município de Chapecó – SC. Apresenta uma análise sobre o município, localizado na região oeste catarinense, baseada nas transformações produtivas, oriundas de novos ou tradicionais agentes econômicos, e suas implicações socioespaciais acerca da cidade em questão. Analisando o processo de urbanização difusa bem como as mudanças e transformações no tecido urbano, verificando-se como evoluímos para essa situação e quais os impactos de tal processo de crescimento urbano difuso, sem considerar as condicionantes ambientais. A análise desta situação é fundamental, para que se criem condições de discussão consistente sobre as possibilidades de renovação das políticas públicas e das formas de sua atuação profissional. Sendo assim, como o espaço é organizado e caracterizado pelas evoluções históricas que ocorrem na sociedade, cabe aprofundar estudos e conhecimentos desta nova forma de vida, seus aspectos e suas implicações.

**Palavras-chave:** produção do espaço. Cidade difusa. Cidade média. Urbanização.

### 1 INTRODUÇÃO

Muito se tem falado em urbanização difusa e cidades dispersas, estas formas de estruturas são abordadas por diversos pesquisadores. Este artigo tem como base a visão de Nestor Goulart Reis<sup>1</sup>, segundo ele, a urbanização difusa deve ser estudada em duas escalas. A primeira diz respeito às áreas metropolitanas, que vem mostrando uma dispersão crescente de núcleos ou polos, entremeados de vazios, com redução da densidade de ocupação enquanto a segunda refere-se ao tecido urbano, onde se definem as relações físicas e jurídicas entre espaços públicos e privados, em que se definem as ruas e praças, as quadras, lotes, sua produção material, bem como sua apropriação, uso e transformação.

Este trabalho pretende abordar as mudanças no tecido urbano e nos modos de vida, bem

---

<sup>1</sup> Docente UCEFF, Arquiteta e Urbanista (UFSC), mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade (UFSC). E-mail: adrianabaldissera@uceff.edu.br.

<sup>2</sup> Docente UCEFF, Arquiteto e Urbanista (UNOESC) e especialista em Arquitetura Hospitalar (IACHS). E-mail: emerson@due.arq.br.

<sup>3</sup> Docente UCEFF, Arquiteto e Urbanista (PUC) e especialista em Estratégias Financeiras e Custos (SENAC/SC). E-mail: galli.cesar@gmail.com.

<sup>4</sup> Docente UCEFF, Arquiteto e Urbanista (UNOESC) e especialista em Arquitetura Comercial (UNOCHAPECÓ). E-mail: thiagobsmerlo@gmail.com.

como o papel do mercado imobiliário na dispersão urbana, tem como objetivo a conceituação da dispersão urbana e identificar se essa dinâmica reflete a realidade da área da microbacia do lajeado São José no município de Chapecó – SC.

Apresenta uma análise sobre o município, localizado na região oeste catarinense, baseada nas transformações produtivas, oriundas de novos ou tradicionais agentes econômicos, e suas implicações socioespaciais acerca da cidade em questão, caracterizada neste contexto como "cidade média".

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 URBANIZAÇÃO DIFUSA

É possível encontrar nas cidades uma nova estrutura em sua forma de organização. As inovações tecnológicas, bem como o acelerado desenvolvimento econômico têm proporcionado uma ruptura das aglomerações urbanas. Ultimamente surgem novas configurações de espaço e edificações, o que, certamente, produzem impactos sociais, políticos e ambientais.

Conforme relata Fujita (2013), Chapecó, enquanto cidade média, e ainda como polo, tem protagonizado uma dinâmica importante no contexto regional e nacional, atraindo atividades econômicas antes presentes apenas em grandes centros. Os papéis que a cidade exerce na rede urbana estão intimamente atrelados à região, entre verticalidades e horizontalidades, que remetem à relação dialética entre o urbano e o rural.

Antigamente era facilmente possível identificar uma divisão entre área rural e urbana. Atualmente, ao contrário, as novas formas de se organizar e ocupar o espaço geram consequências importantes na vida de cada um.

O conceito de tecido urbano segundo Reis (2006, p. 61), é uma definição geométrica de relações de propriedades e uma definição social das formas de uso, para ele todos os tecidos urbanos se desmancham sobre o território e no tempo.

A **dispersão industrial** foi o carro chefe da formação deste novo tecido urbano, na dinâmica espacial de Chapecó, especificamente na microbacia do lajeado São José. A localização das agroindústrias próximas ao manancial de água, e as vias para escoamento da produção, são fatores estratégicos desta nova formação do tecido urbano.

Com a dispersão das unidades fabris ao longo dos eixos rodoviários, teve origem um processo de regionalização do mercado de mão de obra industrial. Esta correspondia ao recurso de que se utilizavam e continuam a se utilizar os trabalhadores nas faixas de menor renda, de residir em bairros próximos as fábricas. Na prática corresponde ao

crescimento dos bairros operários nos municípios industriais (REIS, 2006, p. 121).

Segundo Fujita (2013) a urbanização em curso ao longo do contorno da Avenida Leopoldo Sander engloba diversos ramos de atividade e os impactos ambientais provocados pelo processo de urbanização, das atividades industriais, do terciário e de moradia, são significativos, sobretudo na bacia hidrográfica de abastecimento de água da cidade

Como consequência da dispersão industrial e do mercado de trabalho, vem junto à “**dispersão dos pobres**”. A instalação de bairros residenciais nas proximidades das fábricas, também dispersos, ocupados por setores de renda baixa e média-renda, como também favelas.

Importante é que os habitantes destes bairros não podem dispor de recursos para assegurar todos os serviços e a infraestrutura, como ocorre nos setores de renda mais alta. Nem contam com a mobilidade, que ameniza aos inconvenientes dos isolamentos das áreas dispersas.

A **dispersão nas faixas de renda média e alta**, segundo Reis (2006, p. 130), tem pelo menos duas hipóteses: uma correspondente à busca de redução de custos por parte dos empreendedores e outra correspondente à busca de maior segurança ou de intimidade nas formas de habitar. Uma busca de outros modos de vida familiar, que não corresponderiam aos bairros tradicionais das cidades do interior nem às das áreas ocupadas das regiões metropolitanas.

As áreas de lazer são anexadas não apenas aos projetos destinados a moradias, mas também aos destinados ao trabalho. A razão mais evidente seria a de busca de facilidade de acesso, evitando os tempos destinados à circulação, quando essas atividades estão localizadas a distâncias consideráveis. Mas talvez seja também, para os membros das classes afluentes, o modo de conquistar e exibir o acesso aos prazeres da vida, como resultado do sucesso no trabalho e nos negócios.

Nestas áreas, a competência das autoridades locais é limitada, por se tratar de espaços sob controle privado. A legislação existente ainda não dá conta das novas situações. Segundo Costa (2011) nas áreas residenciais a dispersão também se faz segundo extratos – indo dos mais aos menos abastados – sendo os dos pobres, mais antiga, em ocupações periféricas, irregulares. Neste último caso, os assentamentos são precários em relação aos serviços, infraestrutura e transportes. Recentemente, esses assentamentos têm crescido, contando em boa parte com transportes alternativos, nos deslocamentos de suas populações em direção à metrópole, onde se encontra o local de trabalho.

Para Costa (2011) as primeiras expressões dessa cidade mosaico, que é composta de práticas, dinâmicas e processos de fragmentação, estão na auto segregação daqueles que têm optado pelos espaços de uso exclusivo em que o “público” é apenas o espaço de uso coletivo, já

que os sistemas de segurança e controle filtram e regulam a circulação e direito de ir e vir.

O quadro é ainda mais complexo, segundo Reis (2006) os empreendimentos prosperam fora das cidades, em regiões de cruzamento de grandes eixos viários, em especial junto a anéis viários externos. Esses asseguram a necessária mobilidade de pessoas e bens e a articulação entre múltiplos polos da urbanização extensiva. Tais eixos são obras de infraestrutura realizadas pelos poderes públicos, em escalas acima das autoridades locais. Os poderes públicos realizam as obras de infraestrutura, mas nenhum deles tem meios para regular suas consequências, em termos de urbanização e urbanismo.

Segundo Costa (2011) os empreendimentos de grande porte, tidos como projetos de desenvolvimento urbano, geralmente proveem do capital privado e geram novas centralidades. Além disso, importante destacar que, neste caso, a urbanização difusa está amplamente relacionada ao tempo, ao período, visto que, é influenciada pelos costumes e interesses da sociedade.

Assim, a forma de urbanização difusa encontrada atualmente reflete os costumes da coletividade, onde as pessoas, diante de um crescente desenvolvimento econômico e tecnológico, guiam-se pelo consumismo, aumentando a construção de novos espaços. Para Limonad (2007) as formas de dispersão da urbanização têm por base as relações sociais de produção ora impostas para a sobrevivência e reprodução do capitalismo na atual etapa de acumulação flexível, que não exigem mais, necessariamente em todas as fases da produção como no período anterior (fordista-taylorista), uma concentração espacial de força de trabalho, infraestruturas e serviços.

Como afirma Lencioni (2015) existe uma dificuldade em apreender os limites de uma urbanização dispersa, uma vez que o termo "disperso" predispõe a ação de separar os elementos e romper a unidade de um conjunto, fragmentá-lo.

Dizendo com outras palavras, a unidade (totalidade) e a fragmentação se desenvolvem num quadro de dispersão e é a integração na fragmentação que garante o conjunto, a totalidade. Sem a integração não seria possível visualizar os limites da dispersão e nem capturar as relações que são estabelecidas entre os fragmentos. É a integração que permite entender a tensão entre fragmentação e totalidade e que permite compreender que a dispersão significa dispersão de partes de um todo. (LENCIONE, 2015)

## 2.2 NOVAS FORMAS DE EXPANSÃO DO TECIDO URBANO

Para Reis (2006, p. 146-147), existe um conjunto de características que permitem identificar uma nova modalidade de tecido urbano:

1. As áreas são isoladas do tecido tradicional:

a) descontinuidades;

- b) núcleos isolados;
- c) empreendimentos de grande porte ocupando vazios urbanos de áreas consolidadas;
- d) renovação urbana e reconstrução em áreas degradadas.

2. Os empreendimentos iniciais não incluem apenas loteamentos, mas também espaços de uso coletivo, infraestrutura, serviços e frequentemente edificações.

3. Organizando as partes urbanísticas em dois ou três níveis, facilitando a articulação entre as atividades comuns.

4. São espaços de uso coletivo em propriedades privadas, no quadro de condomínios, o que é completamente diferente.

5. Por razões institucionais e legais esses empreendimentos, para viabilizar a gestão dos complexos, assumem necessariamente a forma de condomínios. Inexiste legislação específica atualizada para esse tipo de agenciamento urbano. Os conjuntos são aprovados como loteamentos e quando da implantação são murados, incorporando os espaços públicos para uso exclusivo do condomínio.

6. Empreendimentos mais simples podem ter uma só finalidade, como a residencial, mas os de maior porte quase sempre são multifuncionais.

7. Caracteriza-se pela substituição da gestão pública do tecido urbano pela gestão privada, com forma condominial.

8. As áreas com tecido urbano isolado adquirem autonomia, tendo sua própria infraestrutura, seus serviços e espaços de uso comum. Como estes não podem ser oferecidos pelos poderes públicos em áreas privadas, devem ser buscados por intermédio de ação coletiva.

Os poderes locais apresentam limitações estruturais, na sua capacidade de assegurar a qualidade de vida proposta pelos projetos de urbanização.

As normas urbanísticas são contornadas, as áreas de preservação ambiental são descaracterizadas e as áreas de preservação ambiental são degradadas. Ironicamente, o são pelos empresários do setor imobiliário e, também ironicamente, pelos habitantes dos setores de renda média e alta, que são os que recentemente pressionam com mais força, em defesa da qualidade de vida urbana (REIS, 2006, p. 149).

A escala desses grandes conjuntos e as possibilidades abertas pela descentralização trouxeram para os empreendedores a oportunidade de realizar planos de desenvolvimento urbano em grandes glebas de área rural entre centros urbanos já consolidados, ganhando com diferencial do preço das terras. A dispersão urbana pode ser um grande negócio.

Segundo Reis (2006, p. 161), tal situação compromete a eficiência das políticas públicas

de desenvolvimento urbano, definidas e implantadas ao longo da segunda metade do século XX, em outros contextos. Exige uma visão do papel social que atribuem os arquitetos-urbanistas até o presente. A análise desta situação é fundamental, para que se criem condições de discussão consistente sobre as possibilidades de renovação das políticas públicas e das formas de sua atuação profissional.

Não há como se falar em urbanização difusa e não a relacionar às cidades dispersas. Esse processo de urbanização acarreta como consequência à dispersão das cidades, expressa na descontinuidade do tecido urbano. Segundo LIMONAD (2007) no Brasil essa dispersão assume diversas manifestações em termos de sua localização espacial. Seja enquanto forma de expansão das periferias metropolitanas, seja através da multiplicação dispersa de pequenos aglomerados urbanos em bacias de emprego, seja sob a forma de clusters industriais, de serviços ou turísticos acompanhados muitas vezes pela formação de condomínios ou mega-condomínios fora das áreas urbanas

Nesse sentido, as cidades dispersas são consequências de um longo processo histórico que se tornou preocupação atual de toda sociedade.

A cidade dispersa é o ambiente de novas práticas socioespaciais, marcadas pela fragmentação, pela seletividade socioespacial e justificadas pelo espectro da (in)segurança urbana, a urbanização difusa é, ela mesma, um atalho para a negação da própria cidade, compreendida nos termos em que, na longa duração, podemos percebê-la como espaço das diferenças (SPOSITO<sup>5</sup>, 2010).<sup>6</sup>

Esta perspectiva pode ser considerada como nova forma da produção do espaço urbano. As novas moradias refletem os agrupamentos sejam eles determinados por classes sociais ou apenas voltados ao consumo. Ainda, mesmo com as inovações nos empreendimentos imobiliários, onde influenciam a proximidade entre as pessoas, como áreas para o esporte, lazer e cultura, prevalece o distanciamento.

Para Costa (2011) as diferenciações entre as áreas dispersas pelo território que ainda guardam vínculos de um mesmo sistema urbano, o advento de novas regionalizações tanto em relação às regiões oficiais de governo, quanto à regionalização do cotidiano onde encontram-se os maiores fluxos de mobilidade de pessoas, mercadorias, veículos, além de notícias e

---

<sup>5</sup> Maria Encarnação Beltrão Sposito possui graduação em Geografia, pela Universidade Estadual Paulista (1977), Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (1984), Campus de Rio Claro. Doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1991). Atualmente, é docente dos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia da instituição em que trabalha como professora adjunta – UNESP, Campus de Presidente Prudente. Coordena a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe). É coordenadora editorial da revista científica CIDADES. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: produção do espaço urbano, estruturação urbana e cidades médias.

<sup>6</sup> Texto integrante do projeto temático apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), coordenado por Nestor Goulart Reis Filho (FAU/USP), desenvolvido por Sposito, 2010.

informações passadas pelos sistemas de comunicação, efetivados entre municípios contíguos ou distantes, e o que desemboca na adoção de outras formas de gestão dos espaços urbanos.

O autor cita Portas<sup>7</sup> (2004), para afirmar que no caso da dispersão urbana e das mudanças do tecido urbano, não cabe nem a condenação nem a defesa ideológica. Mas cabem críticas a alguns aspectos específicos existindo a necessidade de se considerar o quadro da crescente complexidade vivenciado atualmente, em especial no que reflete nas alterações das relações sociais e de trabalho.

Para Costa (2011), entretanto é necessária a devida postura e consciência sobre essas mudanças, para que se possa lidar com a dispersão urbana, enquanto passagem de um estado para outro, em que as formas constituídas se expandem e se subdividem rapidamente sobre o território. Não é demais lembrar que essas mudanças não decorrem apenas de processos físicos, mas de processos sociais na organização do território. Pelo exposto, tudo indica que diferentes instâncias de governo, opinião pública e mídia não se deram conta, ainda, da intensidade, gravidade e urgência de se criar condições para se controlar esse processo.

### 3 METODOLOGIA

O presente trabalho de pesquisa partiu do conhecimento das formas de urbanização, buscando conceituar a urbanização difusa sob o olhar do autor Nestor Goulart Reis e a verificação se esse processo de urbanização se reflete na microbacia hidrográfica do lajeado São José no município de Chapecó SC. Conduzimos pelo método científico indutivo, pois de acordo com Marconi e Lakatos *apud* Figueiredo, Schneider, *et al.*, (2012) o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusão cujo o conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

Além disso, conforme Gil *apud* Figueiredo, Schneider, *et al.*, (2012), identifica-se a pesquisa exploratória, onde envolve levantamento bibliográfico e estudos de caso. Isso permite uma maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito.

---

<sup>7</sup> Nuno Portas nasceu em 1934, em Vila Viçosa, diplomou-se em Arquitetura pela Universidade Técnica de Lisboa, em 1959. Nos últimos anos, conjuga a investigação e ensino no curso de pós-graduação em Urbanismo na Universidade Técnica de Lisboa com a prática profissional em diversas cidades da Europa, África e América do Sul, como consultor dos programas financiados pela Organização das Nações Unidas. Em Portugal, participou dos Governos posteriores ao 25 de Abril, tendo participado na definição das linhas políticas para habitação, reabilitação urbana e atualização da legislação sobre urbanismo. Foi responsável pelos projetos urbanísticos de diversos bairros da periferia de Lisboa, mas também de várias cidades brasileiras. Destacam-se dos seus projetos o da Igreja do Sagrado Coração de Jesus (projeto conjunto com Nuno Teotónio Pereira) – que obteve o Prêmio Valmor, em 1975 – e o do Campus da Universidade de Aveiro. Em 2005 foi agraciado com o Prêmio Sir Patrick Abercrombie de Urbanismo, um dos cinco galardões atribuídos pela União Internacional de Arquitetos.

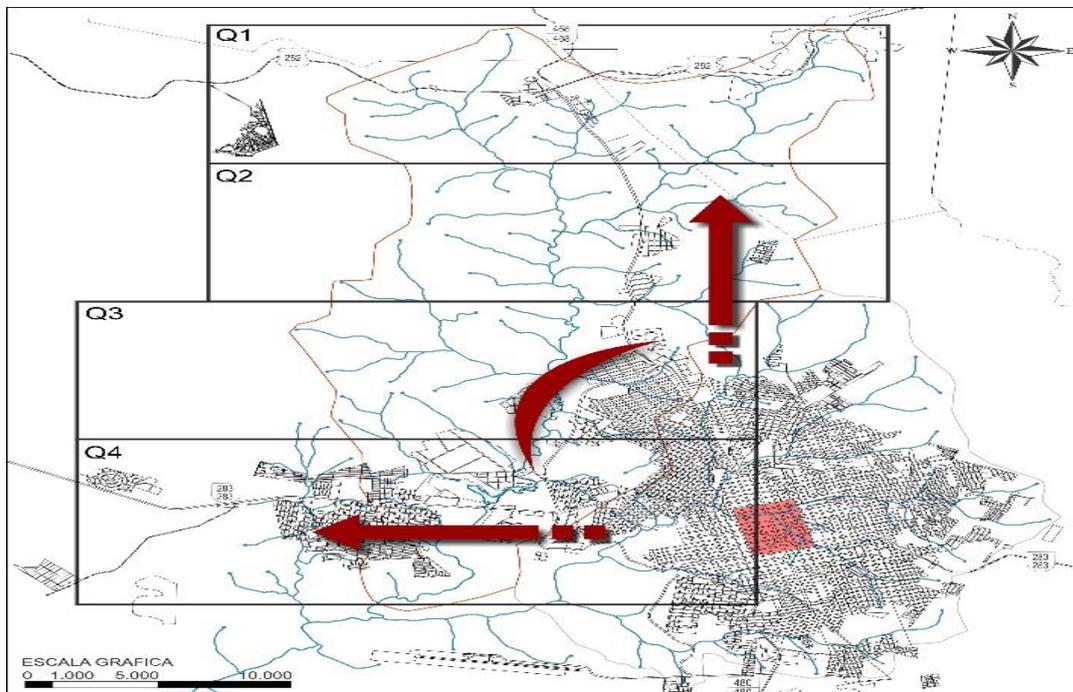
A classificação de pesquisa é formada pela técnica bibliográfica, onde, conforme Figueiredo, Schneider, *et al.*, (2012), a pesquisa baseia-se de dados já publicados em livros, revistas, jornais e meios eletrônicos. Há ainda a técnica de estudo de caso, que de acordo com Gil *apud* Figueiredo, Schneider, *et al.*, (2012), é produzida a partir do estudo de objetos um amplo e detalhado conhecimento.

A técnica de análise dos dados se dá através de uma abordagem qualitativa, pois segundo Figueiredo, Schneider, *et al.*, (2012), dependerá de uma interpretação dos dados levando-se em consideração seu conteúdo, apresentando a interpretação através de textos e cartografia.

#### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Na década de 70 tiveram início as ocupações na microbacia do lajeado São José, com a implantação das agroindústrias. Este fator criou uma dinâmica de crescimento diferenciada da existente no centro urbano, deixando da configuração concêntrica, passando para os eixos de crescimento linear na direção norte e oeste, onde estavam localizadas as agroindústrias.

**Figura 01 – Mapa Chapecó, SC – Quadrantes da microbacia do lajeado São José**



Marcação dos eixos de expansão urbana: █

Fonte: Dados da pesquisa, base Prefeitura Municipal Chapecó (2013).

Com base nas cartografias, aerofotocartas, imagens satélite e visitas ao local, foram

identificados alguns processos de crescimento urbano na área da microbacia do lajeado São José. Para domínio da área, devido à sua grande dimensão, optamos por dividi-la em quadrantes. São quatro quadrantes com características de ocupações diferenciadas, analisados em um recorte temporal próximo das décadas de 80, 90, 2000 e 2010.

Em termos urbanísticos, identificamos áreas com diferentes processos. Os Quadrantes 01 e Quadrante 02 estão estruturados pela Avenida Plínio Arlindo de Nes (Figura 01), eixo norte de expansão. Foram divididos em dois quadrantes pela extensão da área, facilitando uma leitura pormenorizada. O Quadrante 03 está estruturado, pela perimetral Avenida Leopoldo Sander, configurado pela extensão do tecido urbano. O Quadrante 04 se desenvolve sobre a Avenida Atílio Fontana, eixo oeste da Cidade (Figura 01).

Em termos paisagísticos, os Quadrantes 01 e 02 (Figura 02) possuem características predominantemente rurais. O Quadrante 03 possui características rurais com forte pressão da expansão urbana. Já no Quadrante 04, as características são predominantemente urbanas. Na análise dos quadrantes relacionamos a leitura dos processos de crescimento com a análise ambiental e paisagística realizada anteriormente.

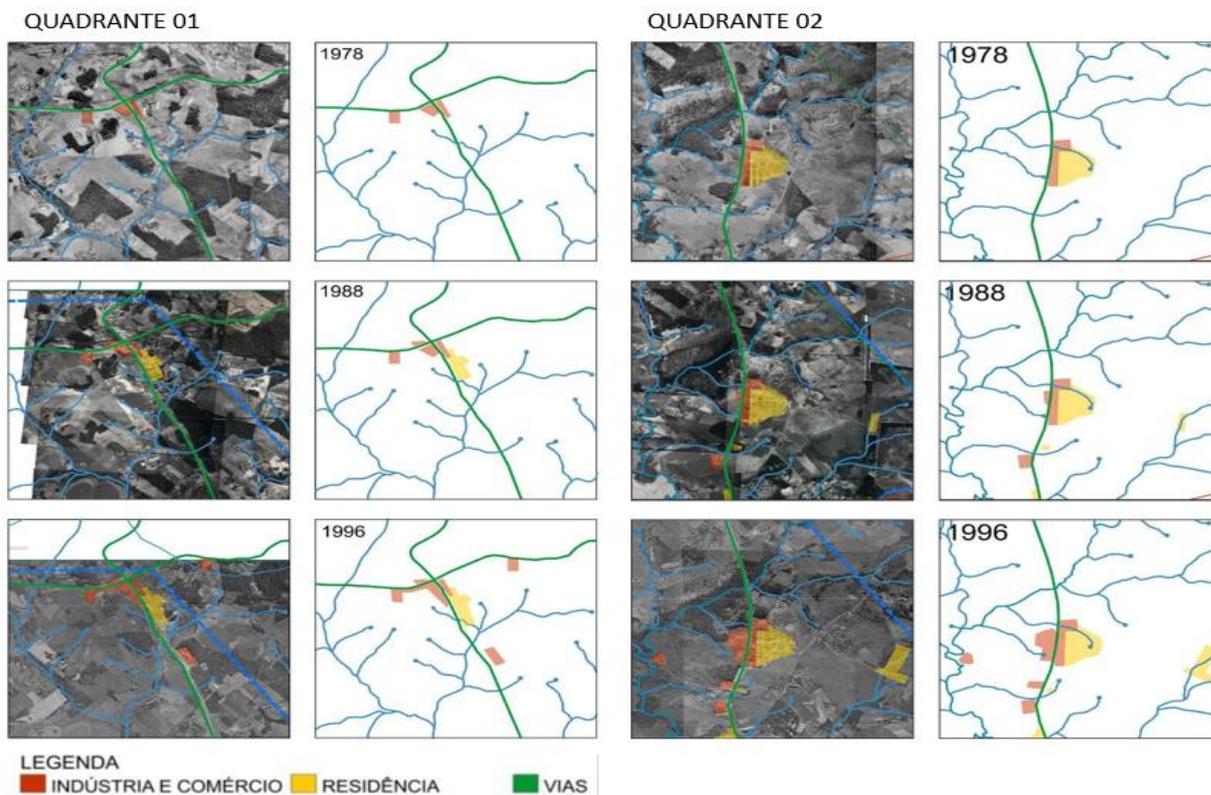
A Figura 01 identifica as áreas analisadas e os respectivos quadrantes. Cada quadrante traz uma caracterização geral, a dinâmica urbana, processo e forma de crescimento urbano e os impactos no sistema.

Tornou-se praticamente impossível determinar atualmente a divisão exata de uma área rural e urbana. Houve a dispersão da urbanização para ambientes com características não definidas. Assim, pode-se dizer que não há mais limites físicos territoriais entre as duas áreas. Na microbacia do lajeado São José esse limite não existe com a mesma nitidez de outrora.

Não há, por enquanto, como delinear as consequências e possíveis implicações à sociedade quando o assunto é urbanização difusa. Ainda há muito que se averiguar e debater a respeito desta nova forma de ocupação humana do território, pois se sabe apenas que o território cresceu de forma rápida e descontrolada, sob algumas diretrizes ditadas por ações de desconectadas ora do poder público ora poder privado.

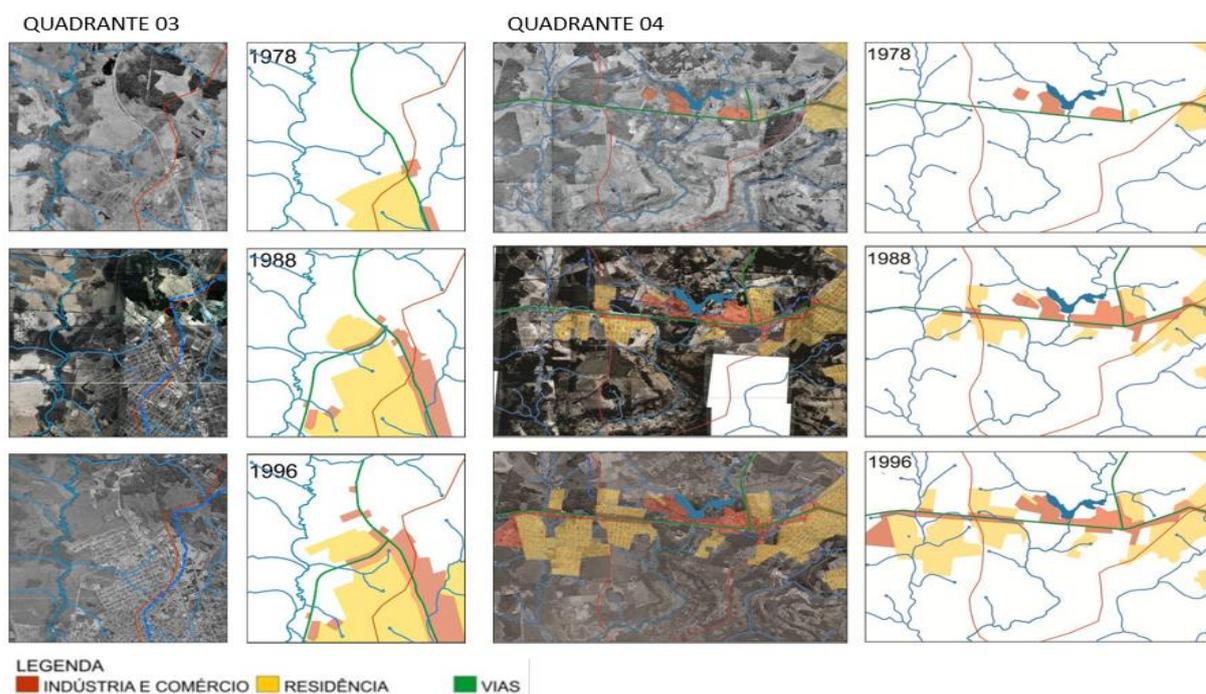
Atualmente, espaços urbanos de diferentes tamanhos demográficos e diversidade de papéis urbanos vêm conhecendo mudanças dessa natureza, indicando que se trata, efetivamente, de novas formas de se produzir e se apropriar do espaço, com impactos importantes na vida econômica e social, gerando, sobretudo, a constituição de novos habitats residenciais, ainda que eles possam ser observados, também, no que respeita à localização de atividades industriais, comerciais e de serviços.

**Figura 02. Quadrante 01 e quadrante 02- Aerofotocarta Chapecó, SC – Décadas 80,90 e 2000**



Fonte: Dados da pesquisa, editado por Merlo, Prefeitura Municipal Chapecó, 2012.

**Figura 03. Quadrante 03 e quadrante 04 - aerofotocarta Chapecó, SC – Décadas 80,90 e 2000**



Fonte: Dados da pesquisa, editado por Merlo, Prefeitura Municipal Chapecó, 2012.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da presente pesquisa foi possível constatar que a urbanização difusa, como consequência o surgimento das cidades dispersas, é considerada uma nova forma de estruturação e organização da ocupação humana no território, e que esta dinâmica espacial ocorreu no processo de urbanização de Chapecó, em especial na microbacia do lajeado São José.

Ao analisar a macro área da microbacia do lajeado São José em Chapecó, todos os itens descritos pelo autor estão materializados nela. A dinâmica socioespacial aconteceu dentro de seu tempo, mas acompanhando os episódios políticos e sociais que aconteciam a nível nacional e estadual, os quais repercutiram direta e indiretamente nesta área.

Sendo assim, como o espaço é organizado e caracterizado pelas evoluções históricas que ocorrem na sociedade, cabe aprofundar estudos e conhecimentos desta nova forma de vida, seus aspectos e suas implicações.

## REFERÊNCIAS

- COSTA, Maria de Lourdes Pinto Machado. **Dispersão Urbana**. As questões e a buscas de seus equacionamentos. Resenhas Online, 2011.  
<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/09.108/3833>
- FIGUEIREDO, A. M. B. et al. **Pesquisa Científica e Trabalhos Acadêmicos**. 1ª. ed. Chapecó: Arcus Indústria Gráfica Ltda, 2012.
- FUJITA, Camila. **Chapecó: estrutura e dinâmica de uma cidade média no oeste catarinense**. Porto Alegre. Geo UERJ, Brasil, 2013 Vól. 1 Núm. 24 Ene-Jun, Pág. 312-338
- LENCIONE, Sandra. **Urbanização difusa e a constituição de megarregiões**. O caso de São Paulo-Rio de Janeiro.
- LIMONAD, Ester. **Urbanização dispersa mais uma forma de expressão Urbana?** Revista Formação, nº14 volume 1 – p. 31-45
- PORTAS, Nuno. De uma ciudad a outra: perspectivas periféricas. In: RAMOS, Angel M. (Ed.). **Lo urbano**. Barcelona: ETAB/ Universitat Politècnica de Catalunya, 2004.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. **Secretaria de Desenvolvimento Urbano**. Mapa urbano do município de Chapecó. Chapecó: Prefeitura Municipal, 2012.
- REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Vi das Artes, 2006.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas**

espaço-temporais contemporâneas. 2010. Disponível em:  
<<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABYpoAD/urbanizacao-difusa-cidades-dispersas-encarnacao-sposito>>. Acesso em: 29 abr. 2012.

---